



Estudo ensaístico sobre a epistemologia transcendental da consciência¹

Essayistic study on the transcendental epistemology of consciousness

Giorlando Barbosa²

Resumo: Este ensaio sobre a realidade da consciência deseja comunicar o invisível e ilimitado, que se deixa aproximar por uma experiência fenomênica, observante de si e do outro em seu comportamento, como que por veredas em um labirinto em trilha "mistérica", profunda e obscura, e que se impõe como possibilidade. E seu desenvolver-se suscita sempre, e cada vez mais, dúvidas sobre a veracidade do insight obtido, sendo este na opacidade daquela manifestação.

Palavras-chave: Religião. Moral. Consciência. Mistério. Transcendência.

Abstract: This essay about the reality of consciousness intends to communicate the invisible and unlimited, which let themselves be approached by a phenomenal experience, observant of itself and the other in its behavior, like a path in a labyrinth on a "mysterious" track, deep and dark, and that presents itself as a possibility. And its unfolding always raises, more and more, doubts about the veracity of the insight reached, being this within the opacity of that manifestation.

Keywords: Religion. Moral. Consciousness. Mystery. Transcendence.

Introdução

A consciência é um fenômeno incontrolável, por ser significativa da condição de mutabilidade existencial pela qual, de forma natural, sequencial e constante, esvazia a lógica de um esforço descritivo de entendimento de manifestações indicativa, revelada e aprendida, contudo sem se deixar apreender totalmente. Além disso, é lugar da livre sensibilidade da pessoa e “centro da relação infinita espaço-tempo” (COMPARATO, 2006, p. 460), pela qual se apresentam funções em relação à integralidade da consciência de si, estendida nas esferas “individual e coletiva” (COMPARATO, 2006, p. 460).

Em sua expressão individual, a consciência é “personalidade” e “identidade” com características singulares, cujo destaque é a pessoa capaz de, em si e por si, vivenciar experiências de decisão, de vida e/ou de morte, de dor, sofrimentos e/ou alegrias (HEIDEGGER, 2014, p.

¹ Este artigo foi recebido em agosto de 2023 e submetido a uma avaliação cega por pares, conforme a política editorial, sendo aprovado para publicação em agosto de 2024.

² Doutor em Teologia. E-mail: giorlandobarbosa@gmail.com.



240), que a tornam “insubstituível” em seu “saber-se” de não ser transmissão plena de si nem comunicação completa ao outro (COMPARATO, 2006, p. 460-461). Por conseguinte, mesmo por empatia, critério de saúde mental (SIMON, 2009, p. 303), não se alcançará a verdade total manifesta nos caminhos de decisão moral que o outro experimenta, pois cada consciência é “ente único, inconfundível” (COMPARATO, 2006, p. 461).

Expressando-se coletivamente em nível religioso, a pessoa (consciência) é abertura e autonomia, não mais “alimentada pela lei, mas na comunhão com Jesus Cristo” (BONHOEFFER, 2015, p. 155), e através das relações reflete a vida apreendida do outro, gerando uma consciência feliz (HEGEL, 1992, p. 157), harmonicamente situada, serena e equilibrada, no lócus axiológico de decisões fundamentais do seu ser no mundo, tornando-se reflexo da política na qual acredita, do estado no qual se insere, e espelho da comunidade social à qual pertence (COMPARATO, 2006, p. 462). Portanto, não se tem uma consciência, se é “consciência de”; e sua verificação se dá ao reconhecer e aceitar o seu si mesmo no seu “eu e minhas circunstâncias” (GASSET, 1967, p. 52) e saber-se “Ser-aí” (HEIDEGGER, 2014, p. 272), um “estar-no-mundo” (HEIDEGGER, 2014, p. 52).

Consciência de ser presença inquietante

Pelas vias da “liberdade” e da “responsabilidade”, Comparato (COMPARATO, 2006, p. 463) busca entender o que é ser consciência. Em sua observação, só a pessoa humana tem “consciência do bem e do mal, capaz das maiores crueldades e vilanias, assim como dos gestos mais heróicos e sublimes” (ARISTÓTELES, 1991, p. 17-18), cuja construção da identidade, inclinada a tais feitos, se dá pelas ações através de uma “consciência histórica” (RABUSKE, 2003, p. 164). Essa consciência se manifesta no mundo por contornos emocionais oriundos da assimilação de símbolos de transcendência, bem como de ramificações religiosas e de suas imagens, que “constituem ‘aberturas’ para um mundo trans-histórico” (ELIADE, 1991, p. 74), em combinações biológicas, psicológicas e sociológicas, assumidas em sua compreensão nos valores que fazem a pessoa ser protagonista e não apenas observante fria, distante, o que acaba por rejeitar uma compreensão apenas como “consciência de historiadora” (RABUSKE, 2003, p. 164-165), reclamando o reconhecimento como intérprete viva e esperançosa.



Nesse sentido, buscar entender os caminhos do bom, do certo e do errado da vida, dos julgamentos, do discernimento sobre o que é o bem e o mal se revela como amostra de consciência inquieta, que não descansa até que repouse na completude infinita (AGOSTINHO, 2002, p. 19). Na estabilidade de consciência da pessoa se encontra o que ela é, o seu si mesmo, manifestado pelo desejo, culpa ou frustrações. Assim, a consciência sã processa e promove o discernimento sobre o que determinam as vias do comportamento “bom”, “adequado”, “correto” e “apropriado” (MAY, 2008, p. 19), vinculada a uma concepção ética ou, como preferimos dizer, a uma concepção teológica (TAMAYO-ACOSTA, 2003, p. 19-57), dentro da gama possível da matriz que se impõe como intérprete de realidades históricas, no assento dos desejos conexos em padrões e raciocínios sobre decidir pelo que se apresenta como sinal das raízes históricas herdadas.

É, então, pela ética que se constitui a consciência da pessoa. Também é na consciência da pessoa constituída pela ética que se desenvolvem e se ampliam raciocínios sobre o que é a moralidade, a verdade e o bem em suas ações. Tais raciocínios, em vista de decidir sobre o bem, são típicos da tradição grega, judaica e cristã (FROMM, 1974, p. 172); mesmo com o reconhecido esforço, não são só objetivos e racionais, mas também ligados às emoções, que são motivadas pelo desejo e pela vontade. Desse modo, o que caracteriza uma decisão consciente é o “pré” e “pós-ato” decidido, desde que não provoquem no coração sensações de vazio, respostas incompletas ou sentimento de culpa sem direção e/ou causa aparente, gerando instabilidade de sentimento em busca de uma ilusória solidez conceitual de justiça e bem.

Consciência desenvolvida em meio ao pluralismo pelo Cuidado

Uma consciência desenvolvida é alicerçada pelas expressões do Cuidado, inclinada às mudanças positivas por manifestar e adequar os valores adquiridos aos costumes na sociedade diversa e plural, na qual, de forma particular, se entende a movimentação para o bem. Cada pessoa é uma, com sua história, particularmente específica ao inserir-se no mundo. Por isso, há consciências. Porém, todas elas derivam de uma direção de desejo de “consciência” pelo intercâmbio de visões de mundo e compreensões do ser pessoa.

Portanto, as consciências estão submersas no “pluralismo” e na liquidez das sociedades (BAUMAN, 2001, p. 8), num envolvente e dinâmico processo de reconstrução pelas vias da relativização, que pode chegar ao relativismo moral e ético, em que tudo é incerto e sem



possibilidade de se compreender com tal visão por muito tempo (BAUMAN, 2001, p. 23). Sob essa ótica, o desenvolvimento da consciência acontecerá na medida em que seja reconhecida como necessidade de sobrevivência para cada humano, em vista da guarda de seus valores através da constante “barganha cognitiva” (BERGER, 2017, p. 22), tendo como base uma ética do Cuidado capaz de diálogo e que, ao evocar o passado, reflita o que já não mais é em si mesma.

Em síntese, consciência é devir, fluidez, movimento, continuidade, liquidez. É um vir a ser para; por meio do que alcança a sua mais perfeita existência na interiorização e no Cuidado de Si, manifesto pela capacidade de redefinir, influenciar e determinar, levando adiante projetos de expansão do seu sentido, devido à “contaminação cognitiva” (BERGER, 2017, p. 21) daquilo que mais forte se impõe com força ou influência.

O mistério do dilema da consciência e suas determinações

A consciência é mistério (GUARESCHI, 2005, p. 17). O ser humano consegue mergulhar, mas não alcançar sua profundidade (DAMÁSIO, 2015, p. 204-206). É “um processo infinito de busca e de consecução de respostas” (GUARESCHI, 2005, p. 18). É lugar operacional de discernimentos em meio aos conflitos gerados pelos dilemas éticos, quando mergulhados no pluralismo ou fundamentalismo de caminhos que se apresentam como a verdade do bem, que alivia e liberta, lugar no qual se faz a escolha³ de forma eficaz e satisfatória, embora rápida, lenta, ou até inconsciente. Dilemas de consciência são parte do processo de humanização e não uma agonia destruidora.

Nesse viés, a consciência, tendo como base estruturas e caminhos de decisão para a realização de decisões a partir do percurso escolhido, acaba, por pressão, ativando sua capacidade interior, reagindo de forma impulsiva, o que gera um ciclo habitual de decisão originado de uma espécie de “treinamento de consciência” (DUHIGG, 2012, p. 92), pelo qual se aprende o impulso da autonomia pelas influências diversas de ofertas de valor.

³ Contudo, a nossa consciência nunca será pura. O sonho de Pureza implantado no nosso coração diz apenas da minha pureza na qual eu decidi, eu escolhi – e não respeito ao todo da escolha. Uma pessoa que escolhe a uva em detrimento da melancia tem em sua consciência as realidades fundantes do seu sentimento que indicam o que é a verdade. Assim, a não escolha da sua realidade de verdade manifesta-se como uma traição e destruição do que é a sua consciência. Em suma, é um sufocar do seu grito interior, silencioso, mas que queremos ouvir.



Quanto à definição, a noção de consciência é parcialmente determinada pela “antropologia” como uma visão de ser humano que se escolhe ou que lhe foi apresentada por vias religiosas, revelada, e que ainda se relaciona com o discurso da salvação, principalmente a compreensão dos comportamentos que conduzem à escolha de modelos de relação que encaminham a pessoa ao self de salvação (LACOSTE, 2004, p. 426). Assim, o termo consciência indica a realidade dinâmica evolutiva. É negativa de qualquer possibilidade estática. Não é solidão ou isolamento, mas seu determinante — “influências”, sejam elas religiosas, culturais, econômicas, políticas ou sociais, que se manifestam para além da “metassujeira” (BAUMAN, 1998, p. 20).

Além disso, a consciência é identificada no sistema nervoso central e, pela observação “psicológica”, no “ser consciente” pelo saber-se, o porquê do seu fazer, revelando sua liberdade de ação e de percepção do outro (SPANGENBERG, 1996, p. 9-22), e o “ser sensível”, que se dirige na ordem da afetividade e da cognição (PIGHIN, 2005, p. 185). Contudo, ela não para nos limites impostos; ela é “transcendental” (BERGER, 2017, p. 197) e se rege pelas vias espirituais.

Quanto ao seu significado, a palavra Consciência significa juntos (*Cum*) e conhecer (*Scientia, scire*), ou seja, conhecer em conjunto, um conhecer compartilhado através de princípios e costumes (BOFF, 2003, p. 36-37). A consciência é o “núcleo mais íntimo e o Santuário em que ela se autoconhece pelo confronto com Deus e com seus semelhantes” (HÁERING, 1979, p. 208-209), compartilhando o saber-se pela “acusação, como desculpa, como ajuda, como garantia” (VIDAL, 1986, p. 249). A origem do termo remonta à cultura grega, exposta pelo vocábulo *syneidesis*, “saber de saber”, que indica uma incapacidade para o isolamento e a natural abertura para construir-se na interrelação com o outro no “saber conjunto” (COMPARATO, 2006, p. 462), que avança no alcance da “consciência de si” (LÉVINAS, 2005, p. 167) e que se transforma e se constrói na alteridade (LÉVINAS, 2005, p. 167) pela experiência do encontro com as vias sociais ou religiosas. Ela se refaz no saber retido e se aprimora no “com-outro” pela memória evocada e representada pelas decisões de vir a ser mais (LÉVINAS, 2005, p. 167). Assim, a presença consciente é um “aprender” e um “prender” que não se faz na agenda do amanhã, mas no cronos pleno do desejo de oferecer-se ao outro. Dessa forma, retomar o termo “consciência de si” (HEGEL, 1992, p. 136-158) é indicar que ela, também, “é o mesmo que se encontra no Outro” (LÉVINAS, 2005, p. 166), ou seja, é confirmada como alteridade “intencional” ou “voluntária”, que “implica presença, posição-diante-de-si” (LÉVINAS, 2005, p. 170).



O termo nóos, usado na cultura grega para designar realidades ligadas à moral, também faz referência à consciência. Contudo, o termo syneidesis, que evoca o mesmo significado, é utilizado com mais frequência no helenismo (PIGHIN, 2005, p. 189), referindo-se ao partilhar com o outro e ao observar a si no mais íntimo como objeto de si mesmo e como lugar da autocrítica como forma do “eu” estar no mundo pelas ações.

Na filosofia grega, há uma evolução na compreensão da consciência moral, entendendo-a como fornecedora de juízo de valor às próprias ações de si. Essa visão está carregada de compreensões religiosas, do ajudar a pessoa a dar-se conta de seus atos culpáveis, ativando, também, o senso de culpa, que a impulsiona a ritos de expiação e purificação de “pecados”, tendo como condição o arrependimento e a penitência em vista do salvar-se aqui para a vida seguinte a viver (VIDAL, 1999, p. 289).

Para avançar no sentido da consciência, precisamos entender a pessoa, buscar a objetivação do seu ato e saber a tipologia do ser com base na atitude, bem como pela consciência nela manifesta. De qualquer modo, todo esse conhecimento, por ser uno e da pessoa individualizada, será sempre “intuitivo”, porque apenas “co-experimenta seus atos” (WOJTYLA, 1993, p. 35) manifestados nas expressões de amor e compaixão, sendo a consciência uma “co-consciência” que se expressa no Cuidado.

Nessa lógica, a syneidesis está como aquela que reacende a acusação e instiga a si mesma ao mais terrível julgamento, “segundo a relação que exista entre suas ações e o ideal de valores que experimenta no amor à própria pessoa” (WOJTYLA, 1993, p. 36). Contudo, ela não é só entendida em si mesma como fonte de valores, mas é, acima de tudo, amor (WOJTYLA, 1993, p. 36), ou seja, não apenas carrasco que pune, castiga, mas um baú metafórico com marcas de contínua construção de um ter sido amado e de amar para manter em si a potência do amor. Em outras palavras,

É a chave para que se coloque sob escrutínio uma vida, seja isso bom ou mau; é o bilhete de ingresso, nossa iniciação em saber tudo sobre fome, sede, sexo, lágrimas, prazer, intuição, o fluxo de imagens que dominamos pensamentos, os sentimentos, as palavras, as histórias, as crenças, a música e a poesia, a felicidade e o êxtase [...] permite-nos reconhecer um impulso irresistível para permanecer vivos e cultivar o interesse pelo self [...] a consciência ajuda-nos a cultivar um interesse por outra pessoa e a aperfeiçoar a arte de viver (DAMÁSIO, 2015, p. 17).

Portanto, a consciência possibilita o autoconhecimento, a alteridade e a interrelação existencial. Enquanto realidade imperceptível em si mesma, é visível em comportamentos e produz

resultado no tempo em que se faz necessária a distinção entre o bem e o mal, agindo conforme o discernimento adotado a partir de um determinado juízo que exige o espaço. Contudo, não se limita e não se submete à dominação pela regra a ela imposta; é “livre pela responsabilidade” (BONHOEFFER, 2015, p. 157), pois “só o ser humano de consciência livre pode assumir responsabilidade” (BONHOEFFER, 2015, p. 157), capaz de ser o que é em sua construção (TRASFERETTI, 2015, p. 79), vinculada “com a condição humana” (VIDAL, 2008, p. 108).

Ademais, a consciência também é “normatividade” e “obrigação” de si mesma em meio ao individual e social. Ela emerge e se define enquanto “voz” interior, lugar da intimidade, na medida em que a pessoa “cumpre normas [...] porque compreende o dever de cumpri-las” (VÁSQUEZ, 2017, p. 188). Assim, a consciência é resultado da experiência histórica do humano, realizada de acordo com as concepções herdadas e purificadas na subjetividade, fruto de diversos fatores dos quais não se tem a sonhada objetividade cartesiana. Enquanto fruto da história social fundida com a estruturalização da personalidade individual, ela é definida como subjetividade histórica, um eu social (VÁSQUEZ, 2017, p. 184-189).

Consciência e sua compreensão bíblica

Na visão bíblica, a palavra “*syneidesis*” indica a consciência como “inquietada ou má” (HÁERING, 1979, p. 209), uma consciência que pressiona (SABEDORIA, 17, 11), que não aprova o pecado e que, bem formada, impede que seja realizado qualquer sinal de pecado. Na Bíblia, ela é o “ser íntimo”, o “espírito” (HÁERING, 1979, p. 209) que há dentro de uma pessoa. Ela é o que indica a imagem e semelhança da criatura com o seu Criador (COMPARATO, 2006, p. 463). Ela é, ainda, compreendida, no Novo Testamento, como uma estrutura que revela à pessoa uma vida renovada “no coração e no Espírito” (HÁERING, 1979, p. 211), por meio da qual a pessoa, por si mesma, deve ser capaz de escolher ter esse coração e corresponder ao que lhe foi dado, sendo que a experiência religiosa ocorre dentro da consciência. Em Romanos, podemos ler o seguinte:

Quando então os gentios, não tendo lei, fazem naturalmente o que é prescrito pela lei, eles, para si mesmos são Lei; eles mostram a obra da lei gravada em seus corações, dando disto testemunho sua consciência e seus pensamentos que alternadamente se acusam ou defendem (ROMANOS, 2, 14-15).

A *syneidesis*, portanto, indica a criatividade que o coração humano tem em entender e aprender sobre o que é bom. Nesse sentido, para Paulo, a consciência é expressão de totalidade, o que indica



que o centro de tudo está no que o Espírito é capaz de fazer: renovar o coração humano, ajudar a renascer. Isso porque ela revela o que é a própria pessoa e manifesta aquilo que existe nela mesma, uma vez que, “para os puros, todas as coisas são puras; mas para os impuros e descrentes, nada é puro: tanto a mente como a consciência deles estão corrompidas” (TITO, 1, 15).

Na doutrina da redenção, ela se realiza na pessoa completa e atinge a sua consciência: “Há de purificar a nossa consciência das obras mortas para que prestemos culto ao Deus vivo” (HEBREUS, 9, 14). Logo, a consciência é sinal de que a pessoa é nova, transformada, e de que encontrou novo sentido na vida. Mas, se continuar a realizar ações antigas, más, derivadas de quem não conhece a Cristo, ainda é antiga. É por essa estrutura moral da pessoa que sabemos se ela segue o bem em consciência ou não; se escolhe amar ou odiar. E em sua ação se sabe de que forma ela segue a Cristo ou a si mesma, às leis do mundo ou às leis eternas. Dessa forma, o que destoa de uma renovação de vida e de um ser nova criatura torna-se falsa consciência transcendental de Cristo.

Para Paulo, a pessoa que se encontra com o Senhor é capaz de julgar a sua consciência de forma que se perceba em relação ao outro, cuidando do outro e observando o outro, aceitando que “tudo me é permitido, mas nem tudo convém. Tudo é permitido, mas nem tudo edifica” (I CORÍNTIOS, 10, 23), regulando em sua vida o que deve ou não ser feito. A estrutura de formação da pessoa indicará a sua possível ação ou negação desta. Por conseguinte, é possível substituir a palavra “lei” ou “moralidade” por “consciência”, sem que lhe seja alterado o verdadeiro sentido (HÁERING, 1979, p. 232).

Ademais, Paulo ressalta as diversas consciências e a necessidade de diferenciar qual tipo de “voz interior” tem alguém que crê em Cristo, pois o coração de quem crê é diferente dos que não creem em seu conteúdo e em suas configurações, mesmo tendo a possibilidade de mutações e corrosões. Assim, as crenças e a fé se conectam aos sentimentos presentes na consciência humana. Dessa forma, consideramos importante observar a Carta aos Coríntios, sentir e absorver a indicação de não misturar os conteúdos da “minha” consciência com a do outro.

Tudo o que se vende no mercado, comi-o sem levantar dúvidas por motivo de consciência, pois a terra e tudo o que ela contém pertencem ao Senhor. Se algum gentio vos convidar e aceitardes o convite, comi tudo o que vos for oferecido, sem suscitar questões de consciência. Mas se alguém vos disse: ‘isto foi imolado aos ídolos’ não comais, em atenção a quem vos chamou a atenção e por respeito à consciência. Digo: a consciência dele,



não a vossa. Por que a minha consciência haveria de ser julgada por outra consciência? (I CORÍNTIOS, 10, 25-29)

Logo, a verdadeira consciência sabe respeitar a outra; não se impõe como absoluta verdade. Quem é cristão(ã) segue ou se entrega a uma realidade de consciência, indicada por Cristo, em respeito a todos os outros que não a têm na mesma esfera, mas que em suas diversas consciências seguem, com serena tranquilidade, a realidade de sua fé, crenças, e realizam, por estas, suas decisões. Entendemos que essa realidade “está de acordo com a insistência de Paulo sobre o fato de que a lei do amor mútuo está inscrita em nossos ‘corações’ (consciência)” (HÁERING, 1979, p. 213). Percebemos que a Sagrada Escritura é basilar para o que se compreende sobre consciência, pois ela reflete a desejada realidade de uma antropologia revelada e chama a não cair apenas em repetições, mas a dar novo significado no aqui e agora, em que o eu só sustenta a sua identidade no encontro com o outro, que gera nova síntese no eu pessoal e em nada altera o Tu – entendido como Totalmente Outro, Deus.

Em suma, a consciência é “centelha de amor acesa pelo amor divino” (HÁERING, 1979, p. 216), “experiência de totalidade” (HÁERING, 1979, p. 218), é “Vida Psíquica e espiritual” (HÁERING, 1979, p. 219) que identifica a pessoa toda em suas ações. É reconhecida como dom de Deus, fruto do espírito, e, dessa forma, pela opaca lucidez, busca por suas ações implantar o bem. Contudo, para isso, esforça-se no caro exercício da prudência e da atenta vigilância, em vista de ser recíproca e fiel ao plano de amor (HÁERING, 1979, p. 222), para que a fé auxilie o testemunho de vida de seguimento de Cristo, através de atitudes (HÁERING, 1979, p. 323), possibilitando o seu desenvolvimento pleno e total, que se dá pela fé.

A consciência em seus aspectos teológicos

A consciência, em sua natureza, é, na visão cristã, de forma análoga, “uma vela sem chama”. E quem fornece luz a essa chama é o Cristo: Luz verdadeira para a vida e o caminhar na vida. Por Cristo, a consciência é capaz de “irradiar ao mundo sinais do Espírito como aquele que aquece e habita a alma” (HÁERING, 1979, p. 209). É “luz interior”, iluminação que se dá pela fé e oferece sentido de vida e esperança (VIDAL, 1986, p. 376). É “o próprio agir moral” (VAZ, 1998, p. 475); “lugar de mediação” (VAZ, 1998, p. 462), da “autonomia” e da “comunhão” (OLIVEIRA, 2010, p. 329) que se coloca entre a moralidade e os princípios do agir em vista do desejado Bem.



Desse modo, a consciência cristã realiza, de forma efetiva e afetiva, a experiência de “decisão ética”, isto é, “escolhas concretas, aprovando as boas e denunciando as más” (CATECISMO, 1999, p. 480 [n. 1777]). “Atesta a autoridade da verdade referente ao Bem supremo” (CATECISMO, 1999, p. 480 [n. 1777]) no encontro “com uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, assim, o rumo decisivo” (BENTO XVI, 2006). É transcendência, realidade absoluta, presente e invisível, livre e independente, que se constrói na dinâmica de um “eu que é nós e nós que é eu” (TUGENDHAT, 1996, p. 275-276), direcionando-se a um Tu que se completa no totalmente outro como profundo símbolo de “retorno à interioridade” (LÉVINAS, 2005, p. 177).

Nesse sentido, a consciência moral apresenta-se como centro da subjetividade da pessoa que segue a Jesus Cristo. “É uma lei de nosso espírito... É a mensageira daquele que, no mundo da natureza bem como no mundo da graça, nos fala através de um véu, nos instrui e nos governa... é o primeiro de todos os vigários de Cristo” (NEUMAN apud CATECISMO..., 1999, p. 481 [n. 1778]). É a sua marca espiritual de interioridade, por meio da qual pode apresentar-se como ser religioso e encontrar a capacidade para o discernimento ético, observando o juízo de valor moral das ações pelas condenações e absolvições, impetradas pelo invisível tribunal em que ressoa uma lei moral, na qual há profunda integração e interação entre a consciência, a lei e o assentimento da vontade humana, que vai do desejo à obediência. “É um julgamento da razão” (CATECISMO, 1999, p. 481 [n. 1778]). Por isso a ela não se deve contrariar, pois “ela aparece como acusação pela unidade perdida e como advertência contra um determinado ser” (BONHOEFFER, 2015, p. 154).

Para tornar-se livre do peso das cargas e conflitos de decisão sobre o bem e o mal, e para que a decisão ofereça o mais alto grau de liberdade, no aspecto cristão, para não carregar o sentimento de culpa, que se cumpra a lei, a lei do amor, que mais se aproxima do que significa uma ação consciente, quando qualquer lei lhe for indicada como dever (TRASFERETTI, 2015, p. 80). Isso porque a não obediência à voz da consciência acarreta sérias consequências para o ser humano, como a “destruição” e o “desmoronamento” do seu ser pessoa, o vazio existencial de si mesmo; sendo que realizar uma ação contra a consciência é “ação suicida contra a própria vida” (BONHOEFFER, 2015, p. 154).

Portanto, é pelo cumprimento livre da lei que se demonstra resistência e progresso, desde que não destrua a dignidade da pessoa que deve ter como centro o “gênio do coração” (WOJTYLA, 1993, p. 31), da consciência de Cuidado, o Cristo; visto que a dimensão do amor a si, ao outro e ao

que foi abraçado como seguimento adquire amplitude e capacidade de expansão no amor, o próprio Cristo. Ele é, para o cristão, a fonte donde emanam a ética e o princípio para o desenvolvimento e o sustento de uma consciência moral (WOJTYLA, 1993, p. 37).

O Concílio Vaticano II apresenta, em sua visão sobre a questão da consciência, um conteúdo que observa a inteira dignidade humana. Consideramos de fundamental relevância reproduzir, em sua inteireza, o profundo conteúdo existente no número 16 da *Gaudium et Spes*, que revela o que é e que tipo de consciência deve ter uma pessoa cristã. Eis o conteúdo:

Na intimidade da consciência, o homem descobre uma lei, que não dá a si mesmo, mas à qual deve obedecer; e essa voz, que sempre o chama a amar e praticar o bem e evitar o mal, no momento oportuno, soa-lhe aos ouvidos do coração: fazei isso, evita aquilo. De fato, o homem tem uma lei inscrita por Deus em seu coração; obedecer-lhe é sua própria dignidade e de acordo com ela será julgado (Rm 2, 14-16). A consciência é o núcleo secretíssimo e o sacrário do homem, no qual ele está sozinho com Deus, cuja voz ressoa em seu íntimo. Pela consciência, descobre-se de modo admirável aquela lei, que se cumpre no amor a Deus e ao próximo (Mt 22, 37-40; Gl 5,14). Pela fidelidade à consciência, os cristãos se unem aos homens na busca da verdade e na solução de muitos problemas morais que surgem tanto na vida individual quanto na social. Portanto, quanto mais prevalecer a consciência reta, tanto mais as pessoas e os grupos se afastam de um arbítrio cego e se esforçam por conformar-se a normas objetivas de moralidade. Contudo, não raro acontece que, por ignorância invencível, a consciência erra, embora sem perder a sua dignidade. Isso, porém, não se pode dizer quando o homem pouco se preocupa em procurar a verdade e o bem e, pelo hábito do pecado, pouco a pouco a consciência se torna quase cega (GAUDIUM et Spes, 2018, p. 217).

O ser humano é um ser que carrega em si uma dignidade. Ela “implica e exige a retidão da consciência moral” (CATECISMO, 1999, p. 481 [n. 1780]), sinal de imagem e semelhança do seu Criador, que molda a interioridade e, mesmo sem a esperada e devida nitidez, deformada pela concupiscência, não perde sua “sacralidade”, cuja razão não é o esforço humano pessoal, mas o dom, Graça do Criador. Portanto, pela consciência, o humano se relaciona com o seu Criador enquanto criatura, recebendo dele os sinais de unidade, comunicação e presença, abrindo-se à realização com o outro; e, pela sua presença transcendental, promove uma espiritualidade de agradecimento e seguimento quando obedece, na liberdade, ao seu Criador, pois a lei já está inscrita em seu íntimo, e, por isso, decide-se pelo seguimento, na confiança, na obediência justa. Isso porque, “para ficar verdadeiramente parecido com o Mestre, é necessário assumir a centralidade do mandamento do amor” (CELAM, 2007, p. 74. [n. 138]) e, por conseguinte, alcançar uma vida bem vivida que obedeça e realize o imperativo do amor e do perdão pelo ecoar no íntimo do coração, o que deve realizar ou evitar pela lei, que é o próprio Cristo.



Assim, quem acolhe a Lei, Cristo, é aquele ou aquela que se abandona no Seu seguimento e encontra o ápice no amor, na entrega, na renúncia, na doação de si, assentindo o seu coração na obediência da liberdade pela fé para a salvação, bem como a libertação de seus males e culpas. Em Cristo, o “libertador da consciência”, a pessoa se torna corajosa e não tem compromisso unicamente com a lei, visto que está “amplamente aberta para o próximo e suas necessidades concretas” (BONHOEFFER, 2015, p. 155). Consequentemente, a consciência de quem decidiu seguir a Jesus não é egoísta, intimista, mas íntima, sendo chamada a viver “o mesmo destino do Senhor, inclusive até a cruz” (CELAM, 2007, p. 74, [n. 140]). Não é algo formado pelos contextos sociais ou determinado só pelas realidades biológicas e psíquicas, ou determinado pelos contextos de vivências, mas formado pela lei maior, a lei do Amor (JÓ, 15, 12), abandonando toda a base que se fundamenta no poder, na obrigação ou no sentimento do fazer, apenas por dever.

Consciência é atuação livre no amor de si e do outro, direcionado a Deus, cujo testemunho é o se conhecer e viver em Deus (I JOÃO, 4, 8. 16), fundamento do ser indiviso e completo (I JOÃO, 4, 19-21). Aos que decidem seguir a Cristo, têm sua consciência “natural” substituída pela “consciência libertada”, ou seja, “já não sou eu quem vivo, é Cristo que vive em mim” (GÁLATAS, 2, 20). Portanto, “na comunhão”, Cristo torna-se a consciência para quem crê (BONHOEFFER, 2015, p. 155).

A consciência cristã é seguidora e disponível. Esse seguimento se dá a partir do encontro com o outro, no rosto que o outro manifesta, necessitado de cuidado. A lei do amor posta no coração humano é a que torna, pelo sentimento, a capacidade de abraçar o outro como sendo o si mesmo, e de gravar em seu coração a necessidade de realizar o bem. Além do seguimento, a consciência é aquela que dialoga com outras esferas do mundo em busca do bem e da afinação correta e completa com o realizar e realizar-se, amar e ser amado (TRASFERETTI, 2015, p. 80-87). Portanto, a consciência cristã é fonte e essência para o “bem moral”. É testemunha do nível ético no qual a pessoa se encontra e pelo qual busca entender as possibilidades de reestruturação do ser como profundidade de expressão em seu ato de comportamento (HARING, 1960, p. 197). A consciência é instância apelativa interpelada pelos ensinamentos de Cristo no reconhecimento de si como lugar místico, secreto e sagrado, no qual o homem e a mulher preservam, perseveram e alimentam a sua conexão espiritual com o seu ser divino.



Uma consciência cristã não se deixa formar por técnicas externas ou mecanismos psicológicos, sociais ou teóricos, mas pela fé, em que Cristo é centro total, “forma e conteúdo” (HARING, 1960, p. 197), essência e natureza. Se a pessoa em sua individualidade não revelar, em suas ações, os princípios do Cristo, revela-se apenas possuidora de hábito. Assim, o centro e o modelo de discernimento é ser o próprio Cristo em seus princípios, Lei e único método para o qual se dirigem todas as ações e decisões conscientes. Contudo, na consciência, mesmo aquela que se decidiu por Cristo, há, na forma de senso comum, princípios universais de culturas e espaços, uma “voz que [...] clama pela unidade da existência humana consigo mesma” (BONHOEFFER, 2015, p. 154), sentida e atribuída à divindade ou ao bem guardado no mais íntimo do coração humano: a voz da transcendência (HARING, 1960, p. 198). Isto é, é conhecimento da verdade do puro bem e de si, “instinto” que quer conservar a pureza pessoal e espiritual como “força ordenadora”, harmonia “cósmica” e “divina” em sua impessoalidade. Ligada às leis eternas, manifesta-se como “participação”, por ser lugar e forma de espírito que aponta para a verdade do bem “viver segundo a natureza” (HARING, 1960, p. 198) em Deus.

Assim, a consciência permite a “responsabilidade dos atos praticados” (CATECISMO, 1999, p. 482 [n. 1781]) projetados pelo “núcleo de princípios”, enquanto dispensadora das “expressões da ação moral” e “sede da moralidade” (VIDAL, 1986, p. 347). Embora portadora de princípios pertencentes à escala de valores universais, a consciência cria a sua “categoria subjetiva do universo moral” (VIDAL, 1986, p. 348), interpretando e redirecionando os valores nos quais vive. Ela é “expressão da pessoa” e, mesmo que permeada de uma estrutura ético-religiosa, “não se deixa fixar apenas em raciocínios e abstrações combinadas por uma lógica dominante, pois é “atitude espiritual” (VIDAL, 1999, p. 295), derivada do desenvolvimento gerado por sequenciais conexões de encontros espirituais, quedas e retrocessos, sustentados pela mística que forma e reforma, na Graça, a realidade da pessoa. Ela revitaliza-se e reaviva-se em uma sempre nova visão de valores pelo Espírito Santo, “o mestre interior que conduz ao conhecimento da verdade total” (CELAM, 2007, p. 78 [n. 152]). Isso porque a consciência tem por missão manifestar a vontade de Deus para a pessoa através do seu senso interior de erro: “faça isso, evita aquilo” (SANTA SÉ, 2018), na esperança de uma decisão pela qual responde a Deus quando lhe fala (VIDAL, 1999, p. 295-296).



A *syneidesis* é elástica, móvel, “contraí-se, recebe, reflete, embaralha (certeira ou caprichosamente) os conteúdos” (VIDAL, 1986, p. 360). É por ela que se percebe a pessoa em sua totalidade e unidade (VIDAL, 1986, p. 360) com Deus.

Destarte, “perante os outros, a necessidade justifica o homem da livre responsabilidade. Perante si mesmo, é a consciência que o diz inocente, mas, diante de Deus, ele só espera por misericórdia” (BONHOEFFER, 2015, p. 155). Nessa perspectiva, “o veredicto do juízo de consciência continua sendo penhor de esperança e misericórdia” (CATECISMO, 1999, p. 282 [n. 1781]). Ela é o lugar em que ressoa a voz da própria misericórdia (KASPER, 2015, p. 30). Logo, a partir do seu encontro com Cristo, “uma consciência verdadeiramente cristã é marcada pela liberdade e pela fidelidade criativas que brotam da fé em Cristo” (HÁERING, 1979, p. 232).

Em resumo, a consciência expõe-se enquanto “reciprocidade” (VIDAL, 1999, p. 309), aberta à integração irrestrita e à conexão abstrata de energias da emoção e às transcendências vinculantes no espaço e para além do espaço. É um Tu que responde ao Outro e sai do isolamento paralisante; identifica e gera valores pelo sentimento (DAMÁSIO, 1996). Por isso, em alguns aspectos, coloca o sentimento para além dos valores (WOJTYLA, 1993, p. 20). É capaz de manifestar a “essência axiológica” da consciência (WOJTYLA, 1993, p. 23), sendo o coração o que busca alinhar-se ao bem que é o “próprio valor” (WOJTYLA, 1993, p. 24). Assim, a consciência conecta-se ao sentimento, atribuindo valor emocional às realidades objetivas, por se originarem no amor.

Consciência das ações morais

As ações morais não devem ser determinadas como morais ou imorais se estas se encontram apenas na subconsciência do amor. Contudo, a inconsciência deste deve tornar-se consciente, pelo Cuidado, a quem lança mão da libertação do consciente no inconsciente por uma fé segura da sua realidade e do saber em quem acreditou. É preciso saber que o subconsciente não é o predominante centro da consciência. É apenas o estágio de evolução na imperfeição que se revela nos atos de “imaturidades ou de retrocessos” (VIDAL, 1986, p. 362), formado pelo “eco da sociedade”.

Na consciência, os valores não são desenvolvidos sem referências, ainda que haja purificação, filtros nas realidades. Não há liberdade em plenitude capaz de permitir a escolha do tipo de consciência que se desenvolve, ou à condição de existência e aos condicionamentos a exercerem influência na “consciência individual”. Todo o processo de vir a ser consciente acontece via



“consciência coletiva”, derivada de uma história, sociedade e povo. Entretanto, “a consciência, por sua própria natureza, não é conformista; deve poder dizer não, quando tudo o mais diga sim; e para poder dizer esse ‘não’ tem de estar certa da correção do juízo no qual se baseia o não” (FROMM, 1974, p. 172).

Por conseguinte, a consciência verdadeira, capaz de autonomia e autenticidade, para empenhar-se na continuidade do seu desenvolvimento, há mais de quatro milênios (FROMM, 1974, p. 173), é aquela que se encontra no equilíbrio entre o assumir a realidade sócio-histórica e a responsabilidade na sociedade, inserida em um determinado tipo de cultura, providencialmente oferecida enquanto espaço para crescer e para um desenvolver espiritual e, por isso mesmo, ético. Portanto, ao se expor às dinâmicas da condução ao desenvolvimento moral, há, como possibilidade imediata, dois caminhos paralelos ou simultâneos para a consciência: a despersonalização em massa ou as revoluções apenas por rebeldia (VIDAL, 1986, p. 363).

Nesse viés, a subconsciência é capaz de suplantar a consciência, gerando falsa consciência moral quando a sua atuação ocorre na forma de falseabilidade da “voz” da verdade, derivada de uma sequencial camuflagem, gerada pela repressão dos desejos que potencializam mecanismos de “projeção” e “racionalização”. Essa “voz” não poderá ser ouvida, e a pessoa não será capaz de realizar sua ação a partir dela, entregando-se ao conformismo (FROMM, 1974, p. 172), pois a consciência em sua existência e autonomia se dá quando o ser humano “sente a si mesmo como tal, não como uma coisa, como uma mercadoria” (FROMM, 1974, p. 172). E a subconsciência, mesmo gerando dupla motivação consciente e inconsciente, deve ser integrada à consciência, não determinando a sua predominância (VIDAL, 1986, p. 368). Contudo, pela fé, acredita-se que, quando o evangelho é pregado “acertadamente e a educação é baseada nele, o superego não é reforçado, e a pessoa vai gradualmente libertando-se de sua dominação; ele pode tornar-se um aliado do mecanismo de conscientização social” (HÁERING, 1979, p. 219).

Assim, de certa forma, precisamos pensar e buscar questionar se se trata de uma consciência inconsciente ou de um consciente manifesto, pois, dentro das diversas estruturas, observamos que há um determinismo no “desenvolvimento”, bem como há condicionamentos que se impõem de forma inconsciente, gerando mecanismos de defesa sem a devida compreensão por parte da pessoa, produzindo uma consciência “intermediária” nas relações eu-mundo (PIGHIN, 2005, p. 186).



A corrente Behaviorista, de forma radical, não se preocupa em refletir sobre a consciência, por entendê-la como realidade de estímulo e resposta, o que a exclui da sua reflexão. Não é oferecido um lugar para a palavra consciência, por entender o humano como aquele regido pelas leis da recompensa e por um castigo educado por reforços. Desse modo, viver é entendido como treinamento para que o ser humano possa vir a desenvolver um comportamento aceitável (HÁERING, 1979, p. 216).

Háering observa que, para alguns teóricos da psicologia e da sociologia, tratar de consciência nada acrescenta ao ser humano. O que importa, para eles, é o que a escola, enquanto instituição, pode fazer para que a pessoa se ajuste à sociedade. Assim, a consciência é guiada pela instituição, o que leva a uma manipulação, de obrigação institucional, sem a preocupação com a construção da felicidade da pessoa em si mesma e do bem comum. Conseqüentemente, a formação da consciência apresenta-se com função de ajustamento e não de libertação do ser humano, ou de entendê-lo como sujeito de amor e Cuidado (HÁERING, 1979, p. 217).

Assim, a consciência moral não é fenômeno que se apresente de modo limitado no tempo e espaço nos quais o ser humano se encontra, pois ela, “como produto histórico-social, está sujeita a um processo e desenvolvimento e mudança” (VÁSQUEZ, 2017, p. 187). Não é possível verificá-la nos moldes materiais ou científicos, mas é possível sentir uma consciência escatológica (MOLTMANN, 1971, p. 23, 121) quando a pessoa crente é capaz de perceber-se toda mergulhada e apoiada (AGOSTINHO, 1999, p. 37) na gratuidade (AGOSTINHO, 1998, p. 115) da Graça. Por conseguinte, de forma personalizada, ela diz respeito a uma pessoa, sua história, traumas, sonhos, realidades contornadas, ainda que não totalmente superadas. Compreende-se no mais íntimo do ser, onde realiza e reconhece-se como imagem de Deus, considerando a pessoa humana em sua complexidade existencial (VIDAL, 1986, p. 230).

A consciência é o “núcleo mais secreto e o sacrário” (SANTA SÉ, 2018, p. 216), realidade de inclinação personalista (VIDAL, 1986, p. 372), em que se encontra o profundo “valor da pessoa” (VIDAL, 1986, p. 373). Destarte, a pessoa é a sua consciência e a consciência é a pessoa, pois ambas sofrem mutações e se desenvolvem no decorrer do tempo, sendo que, nessa comunhão, a realidade de transcendência não se desliga da matéria e não cria dicotomia, mas une-se a ela, gerando novo conteúdo existencial. Isso porque pessoa e consciência são nomes que designam o mesmo conteúdo de ser imagem e semelhança do Criador, capaz de infinito. A consciência moral

é a pessoa inteira, “a própria pessoa” (VIDAL, 1986, p. 374), suas ilusórias culpas, alegrias, a certeza de ter realizado algo de forma correta, alívio por praticar o bem e assim transbordar a certeza do bem em si mesmo, e que realiza, já aqui, o desejo do ser eterno.

Desse modo, a dimensão moral da consciência não está presa às realidades produzidas racionalmente ou provadas por argumentos de escolas e doutrinas, que determinam as formas de decisão. Uma consciência moral transcendental e espiritual, se podemos assim dizer, é dom. Cabe ao ser desenvolver a sensibilidade de, ao mais agudo possível, auscultar essa voz que não lhe é por si mesma produzida, que pede sempre para “fazer o bem e evitar o mal” (SANTA SÉ, 2018, p. 216), por ter e deixar-se “socorrer” (AGOSTINHO, 1999, p. 106) pela Graça, verdadeiro motor para seu desenvolvimento (PIGHIN, 2005, p. 188).

Para o crente, é uma “superconsciência”, “a palavra propriamente dita de Deus, sua palavra revelada, a voz de Deus dirigida pessoalmente a nós de um modo sobrenatural.” (VIDAL, 1986, p. 375) Está “aberta ao que vem. É “memória” prometida na qual esperamos, uma vez que é “esperança” segura que compromete “de um modo mais sério no compromisso intra-mundano, sabendo que é o lugar da ‘eleição’ e da ‘salvação’ de Deus.” (VIDAL, 1986, p. 377) Em suma, é disposição inata mais profunda, primeiro hábito, da inteligência prática” (AQUINO, 1980. I II [Quest. 79, Art. 13]); é lugar da correção dos erros e da mudança de vida que assegura decisões purificadas (AQUINO, 1980, I II [Quest. 19, Art. 5-6]).

Considerações finais

Considerando as reflexões apresentadas, entendemos que a consciência se revela como capaz de adaptação, de produzir-se e moldar-se de acordo com a estrutura que o meio exige. Nesse viés, não é a consciência que gera o vir a ser, mas um vir a ser que forma a consciência. De acordo com a estrutura biológica, ela é “forjada” e inclina-se variando em seu meio os comportamentos. Nessa lógica, o estilo moral das ações decorre das inclinações do gene da imoralidade de “base genética” (RAINE, 2015, p. 35-38), pois o meio é quem dá a codificação e predetermina os impulsos de decisão. Dessa forma, não se diz que tais ações podem ser boas ou más se produzidas pela própria natureza, sendo que esta não oportuniza a liberdade plena de ação do indivíduo.

Além disso, a consciência, também, é entendida como reflexo do meio no qual a pessoa vive (DURKHEIM, 2016, p. 45-78), não havendo consciência pura ou querida, desejada por vontade,



mas apenas fruto de sínteses que aquele humano específico realizou devido ao meio no qual foi inserido. Em suas realidades e atos de moralidade, há uma repetição oscilante e contínua dos conteúdos sociais que expressam valores nos quais está mergulhado a partir de seus grupos de convivência. Desse modo, não é possível traçar a compreensão sobre a liberdade de consciência, sendo que esta não tem prioridade de manifestação independente do outro. Aqui, ela é escrava, oprimida e dominada em sua forma de decidir.

Assim, as respostas a determinados dilemas em suas variações são reais implantações comportamentais e reações de acordo com o grupo de pertencimento. Nesse nível, a consciência é lugar de sobrevivência e impulso para adaptação ao tecido social correspondente às expectativas de aceitabilidade. É ajuste da pessoa ao seu contexto, pelo qual se direcionam as suas escolhas de acordo com os padrões do *SitzimLeben*. Cada grupo oferece a possibilidade de visões divergentes dos valores que se impõem pelas elites e pelo poder, reconhecendo-se como donos da verdade, uma única verdade que acreditam possuir. Nesse sentido, a educação da consciência moral, em nível social, não é autônoma, mas derivada do meio. Há, portanto, necessidade de equilíbrio do eu com a sociedade e o outro. É nesse limiar pluralista que nascem e se moldam diversas compreensões sobre o bem, que, na diversidade de hermenêuticas, chocam-se, gerando, inclusive, o mal.

Nessa lógica, a consciência é associação do eu com o grupo pertencente pela subjugação da liberdade àquele grupo. Um eu maior que o meu eu, pelo qual há plena entrega em obediência às leis ali determinadas na vontade de realizar um bem por base subconsciente no desejo de agradar a alguma representação da realidade materna ou paterna (HARING, 1960, p. 199), manifesta no desejo de relação com a divindade que se cultua. Portanto, a partir de um sistema de valor, a consciência é hermeneuta das leis sociais e biológicas, criadora de costumes para um bem viver no desenvolvimento da competência para decidir e orientar (VIDAL, 1999, p. 304); a “voz” interior que expressa a moralidade e releva a realidade de unidade e de integração, na medida em que a percebe na “transição de uma ética material para uma ética formal na qual o modo e a intenção prevalecem sobre o conteúdo do ato e sua configuração externa” (VIDAL, 1999, p. 306).

Logo, em síntese, a consciência é móvel em sua forma de decidir, em seus padrões e em concepções. Desde que ela os compreenda como anacrônicos, os redireciona para o novo que ela mesma sintetiza. Não há, assim, possibilidade de que uma consciência acumule substrato a ser



aplicado de forma única e imutável em todo tempo e lugar. Contudo, ela pode ter direções e linhas regulatórias, possibilitando retorno ao centro de equilíbrio do seu eu escolhido; sendo ela, também, “mediadora” (VIDAL, 1999, p. 307) entre as realidades religiosas, transcendentais, espirituais e culturais sempre a cada tempo, avançando e refazendo as compreensões.

Referências

- I CORÍNTIOS, 10, 23. In: BÍBLIA DE JERUSALÉM. Tradução Euclides Martins Balancin et al. São Paulo: Paulus, 2004.
- I JOÃO, 4, 8. 16. In: BÍBLIA DE JERUSALÉM. Tradução Euclides Martins Balancin et al. São Paulo: Paulus, 2004.
- AGOSTINHO, Santo. *A Graça I*. Tradução Augustinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1998.
- AGOSTINHO, Santo. *A Graça II*. Tradução Augustinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1999.
- AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Tradução Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Paulus, 2002.
- AQUINO, Santo Tomás de. *Suma Teológica*. Vol. I e II. Tradução Alexandre Correia. 2. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.
- ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução Mauro Gama; Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BENTO XVI. *Deus Caritas Est*. São Paulo: Loyola, 2006.
- BERGER, Peter. *Os múltiplos altares da modernidade: Rumo a um paradigma da religião numa época pluralista*. Tradução Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- BOFF, Leonardo. *Ética e Moral: A busca dos fundamentos*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. Tradução Helberto Michel. 11. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2015.
- CATECISMO da Igreja Católica. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CELAM [Conselho Episcopal Latino-Americano]. *Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe; 13-31 de maio de 2007*. Tradução Luiz Alexandre Solano Rossi. Brasília: Edições CNBB, 2007.



- COMPARATO, Fábio Konder. *Ética, direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- DAMÁSIO, António Rosa. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DAMÁSIO, António Rosa. *O mistério da Consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- DUHIGG, Charles. *O poder do hábito*. Por que fazemos o que fazemos na vida e nos negócios. Tradução Rafael Mantovani. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- DURKHEIM, Émile. *Ética e sociologia da moral*. Tradução Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Martin Claret, 2016.
- ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. Tradução Sonia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- FROMM, Erich. *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*. Tradução L. A. Bahia; Giasone Rebuá. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- GÁLATAS, 2, 20. In: BÍBLIA DE JERUSALÉM. Tradução Euclides Martins Balancin et al. São Paulo: Paulus, 2004
- GASSET, José Ortega y. *Meditações do Quixote*. São Paulo: Ibero-Americano, 1967.
- GAUDIUM et Spes. In: SANTA SÉ. *Concílio Ecumênico Vaticano II – Documentos*. N. 16. Tradução Monsenhor Antonio Luiz Catelan Ferreira et al. Brasília: Edições CNBB, 2018.
- GUARESCHI, Pedrinho. *Psicologia Social crítica: como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- HÁERING, Bernhard. *Livres e fiéis em Cristo: teologia moral para sacerdotes e leigos*. Tradução Isabel Fontes Leal Ferreira. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.
- HARING, Bernhard. *A Lei de Cristo*. Teologia Moral par Sacerdotes e Leigos. Tomo I. Tradução Paulo Geiger. São Paulo: Herder, 1960.
- HEBREUS, 9, 14. In: BÍBLIA DE JERUSALÉM. Tradução Euclides Martins Balancin et al. São Paulo: Paulus, 2004.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Tradução Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992.



- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução Marcia Sá Cavalcante Schuback. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- JÓ, 15, 12. In: BÍBLIA DE JERUSALÉM. Tradução Euclides Martins Balancin et al. São Paulo: Paulus, 2004.
- KASPER, Walter. *A misericórdia: condição fundamental do evangelho e chave da vida cristã*. São Paulo: Loyola, 2015.
- LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de teologia*. Tradução Paulo Meneses. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2004.
- LÉVINAS, Emmanuel. *Entre nós: Ensaio sobre a alteridade*. Tradução Pergentino Stefano Pivatto. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MAY, Roy H. *Discernimento moral: uma introdução à ética Cristã*. Tradução Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal, 2008.
- MOLTMANN, Jürgen. *Teologia da esperança: Estudo sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia Cristã*. Tradução Helmuth Alfredo Simon. São Paulo: Herder, 1971.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética, direito e Democracia*. São Paulo: Paulus, 2010.
- PIGHIN, Bruno Fabio. *Os fundamentos da moral cristã: manual de ética teológica*. Tradução José Joaquim Sobral. São Paulo: Ave-Maria, 2005.
- RABUSKE, A. Edivino. *Antropologia Filosófica: Um estudo Sistemico*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- RAINE, Adrian. *A anatomia da violência: as raízes biológicas da criminalidade*. Tradução Maiza Ritomy Ite. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- ROMANOS, 2, 14-15. In: BÍBLIA DE JERUSALÉM. Tradução Euclides Martins Balancin et al. São Paulo: Paulus, 2004.
- SABEDORIA, 17, 11. In: BÍBLIA DE JERUSALÉM. Tradução Euclides Martins Balancin et al. São Paulo: Paulus, 2004.
- SANTA SÉ. *Concílio Ecumênico Vaticano II – Documentos*. N. 16. Tradução Monsenhor Antonio Luiz Catelan Ferreira et al. Brasília: Edições CNBB, 2018.
- SIMON, Robert. *Homens maus fazem o que homens bons sonham: um psiquiatra forense ilumina o lado obscuro do comportamento humano*. Tradução Laís Andrade e Rafael Rodrigues Torres. Porto Alegre: Artmed, 2009.



- SPANGENBERG, Alejandro. *Terapia gestaltica e a inversão da queda*. Tradução Magda Furtado de Queiroz. São Paulo: Paulinas, 1996.
- TAMAYO-ACOSTA, Juan José. A Ética como Teologia Primeira. In: SIDEKUM, Antonio (Org.). *Interpelação Ética*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2003. p. 19-57.
- TITO, 1, 15. In: BÍBLIA DE JERUSALÉM. Tradução Euclides Martins Balancin et al. São Paulo: Paulus, 2004.
- TRASFERETTI, José Antonio. *Introdução à ética teológica*. São Paulo: Paulus, 2015.
- TUGENDHAT, Ernst. *Lições sobre ética*. Tradução Róbson Ramos Reis et al. Petrópolis: Vozes, 1996.
- VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Tradução João Dell' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- VAZ, Henrique C. de Lima. Crise e verdade da Consciência moral. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, v. 25, n. 83, p. 461-476, 1998.
- VIDAL, Marciano. *Moral de Atitudes*. Tradução Pe. Ivo Montanhese. 3. ed. São Paulo: Santuário, 1986.
- VIDAL, Marciano. *Ética Teológica: Conceitos fundamentais*. Tradução Jaime A. Clasen; Ephraim F. Alvez. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VIDAL, Marciano. *Psicologia do sentido moral*. Tradução Marcelo C. Araújo. Aparecida, SP: Santuário, 2008.
- WOJTYLA, Karol. *Max Scheler e a ética Cristã*. Tradução Diva Toledo Pisa. Curitiba: Champagnat, 1993.